

# ANÁLISE POLÍTICA

**ANO 6 - 191ª EDIÇÃO**

BRASÍLIA,  
7 DE AGOSTO DE 2025

representa**coop**

 **SistemaOCB**  
CNCOOPI | OCB | SESCOOP



## Agenda Política para o 2º semestre

Nesta segunda-feira (4), o Congresso Nacional **retomou as atividades legislativas após o recesso parlamentar**. A expectativa é de que o segundo semestre seja marcado por embates políticos e pela dificuldade de construção de consensos, o que pode afetar o avanço da pauta governamental e o ritmo das atividades legislativas.

Este semestre será decisivo para o Governo Federal, que busca avançar em sua **agenda econômica**, especialmente no que tange ao ajuste fiscal e à Reforma do IR, enquanto enfrenta crescentes pressões políticas e sociais.

Nesta edição, apresentamos uma retrospectiva do primeiro semestre, uma **análise detalhada da agenda política para o cooperativismo** e a atuação do Sistema OCB. Boa leitura!



## Como foi o primeiro semestre?

**O primeiro semestre de 2025 foi marcado por instabilidade política e embates entre os Poderes**, evidenciados pela derrubada do decreto do IOF pelo Congresso, pela aprovação de pautas econômicas sem o apoio do governo, como o redirecionamento de R\$ 30 bilhões do Fundo Social para o setor agropecuário, e pelas crescentes tensões em torno de decisões do STF e da articulação legislativa.

**A relação entre Executivo e Legislativo se manteve frágil e o governo enfrentou dificuldades para avançar em sua agenda prioritária** e viu temas sensíveis, como a Medida Provisória 1.303/25 (ajuste fiscal), gerarem forte resistência parlamentar.

**O semestre se encerrou com a escalada das tensões institucionais e a crise nas relações comerciais com os Estados Unidos**, após o anúncio do aumento das tarifas de importação por parte do governo Trump. O episódio provocou reações internas e diplomáticas, influenciando diretamente o ambiente político e elevando o grau de incerteza para o segundo semestre.

Ao mesmo tempo, **o avanço dos processos no STF e as articulações pela anistia aos atos de 8 de janeiro mantiveram o ex-presidente Jair Bolsonaro no centro do debate político**, acirrando a polarização e dificultando o avanço de projetos estratégicos do governo no âmbito do Congresso, especialmente diante das mobilizações da oposição.

## Impacto na atuação do governo

### Governabilidade

O cenário desafiador afeta a capacidade do governo de articulação junto ao Congresso, marcada pela **necessidade de constante negociação com o Centrão** em um contexto de maior fragmentação política.

Ao mesmo tempo, a **forte polarização dificulta a construção de uma coalizão estável**, minando apoio social e institucional.

### Medidas Provisórias

São instrumentos para implementação célere das políticas presidenciais, mas **no 3º mandato de Lula, 86% delas caíram**. Além disso, o número de MPs apresentadas também caiu.

Esse fenômeno evidencia como a **articulação política pelo governo tornou-se onerosa**, levando-o a buscar vias menos suscetíveis aos riscos da negociação direta, como pela sugestão de PLs.

### Emendas Parlamentares

O Orçamento Federal de 2025, aprovado pelo Congresso em R\$ 5,8 tri, é consumido em grande parte por despesas obrigatórias.

Do restante, R\$ 50,4 bi são destinados às emendas parlamentares, **fortalecendo a descentralização orçamentária e o aumento da dependência do governo em negociar** com múltiplos atores nas pautas que exigem maior consenso.

## Destaques do 1º semestre

### Sanção da Lei Complementar 213/2025

Marca a criação do 8º Ramo do Cooperativismo, o Ramo de Seguros, que garante a ampliação de serviços e consolidação do sistema regulatório dessa vertente.

### Sanção da Lei 15.184/25 Cooperativas no FNCDT

Oriunda do PL 847/2025, inclui as cooperativas como beneficiárias diretas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

### Plano Safra 2025/2026

Divulgação das novas diretrizes da política de crédito rural para a safra 2025/26, com o volume de R\$ 516,2 bilhões.

### Sanção da Regulamentação da Reforma Tributária

O novo marco regulatório garante o tratamento adequado ao ato cooperativo, evitando bitributação entre cooperativas e seus cooperados.

### Sanção do PATEN (Lei 15.103/25)

O Programa de Aceleração da Transição Energética que fomenta a transferência da matriz energética de baixo carbono, por meio de linhas de financiamento e incentivos específicos para cooperativas de energia renovável, agropecuárias e de crédito.

### PL 357/25 Manifestação Cultural

Aprovado na Comissão de Cultura (CCULT), reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional. Aguarda deliberação na CCJC.

## Destaques do 1º semestre

### Sanção da Lei 15.122/25 Reciprocidade econômica

Oriunda do PL 2088/2023, visa proteger as exportações brasileiras contra barreiras comerciais abusivas.

### PL 2159/21 Licenciamento Ambiental

Aprovado após décadas de discussão, otimiza os procedimentos e critérios para concessão de licenciamento ambiental. Aguarda sanção.

### PL 7063/17 Marco Legal para PPPs

Moderniza e traz segurança jurídica às parcerias público-privadas e demais modalidades de concessões. Aguarda apreciação pelo Senado.

### Acordo de Cooperação com o BNDES

Marco importante para o acesso facilitado a linhas de financiamento e desenvolvimento de projetos estruturantes para as cooperativas brasileiras.

### PLP 262/19 Fundos Regionais

Aprovado na comissão de Integração Desenvolvimento Regional (CINDRE), assegura que as coops acessem os fundos regionais. Aguarda deliberação na CFT.

### Sanção da Lei 15.179/25 Crédito Consignado

Oriundo da MP 1292/25, texto aprovado permite que cooperativas de crédito continuem operando no modelo anterior ao e-Consignado.

## Agenda Política: perspectivas para o 2º semestre

O semestre tem início em meio a **tensões entre os Poderes**, marcadas pelo veto ao aumento de deputados, as expectativas de veto ao PL do Licenciamento Ambiental e a **obstrução liderada por parlamentares da oposição**, que ocuparam os Plenários para pressionar pela inclusão de pautas como a anistia aos investigados pelos atos de 8 de janeiro e o fim do foro privilegiado. **Conflitos fiscais e políticos** agravam o cenário, tensionando a governabilidade e impactando os trabalhos legislativos.

A agenda permanece desafiadora, com prazos curtos para aprovação de propostas com impacto fiscal em 2026 e já sob **influência das movimentações eleitorais**. O Executivo deve concentrar esforços para garantir o avanço de **medidas arrecadatórias e da reforma tributária**, com foco no **PLP 108/24 (Comitê Gestor do IBS)**, **PL 1.087/25 (Imposto de Renda)**, **MP 1303/25 (ajustes fiscais)** e debates sobre a revisão de benefícios fiscais setoriais (PLPs 41/19 e 128/25).

Outros temas que devem compor a agenda de discussões e negociações nesse segundo semestre são:

- **Reforma Eleitoral** (PLP 112/21 e PEC 12/22)
- **Orçamento 2026** (LDO)
- **CPMI do INSS**
- **Reforma do Setor Elétrico** (MP 13000/25) e **redução das tarifas de energia** (MP 1304/25)
- **PEC dos Precatórios** (PEC 66/23)
- Avanços em discussões sobre **Reforma Administrativa e minerais críticos e estratégicos**

## Pauta do cooperativismo no Executivo

O segundo semestre de 2025 se inicia com **perspectivas de avanço de temas estratégicos no âmbito do Poder Executivo**. A atuação institucional do Sistema OCB tem contribuído para consolidar a agenda cooperativista como prioridade nas discussões governamentais, como pilar fundamental para a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável. Confira a seguir os principais temas em destaque:



Regulamentação do ato cooperativo na Reforma Tributária (LC 214/2025)



Cooperativismo na COP30



Regulamentação da LC 213/2025 (cooperativas de seguros)



Participação de cooperativas em licitações



Devido acesso aos fundos constitucionais



Regulamentação da Lei 15.072/24 (segurados especiais)



Regulamentação da Lei 12.690 (cooperativas de trabalho)



Reconhecimento do cooperativismo como Patrimônio Imaterial

## Pauta do cooperativismo no Legislativo

Alguns **temas prioritários do cooperativismo no Congresso Nacional** seguem com perspectivas de avanço neste ano, seja por meio de discussões, articulações ou deliberações. Ainda assim, enfrentam o desafio de disputar espaço em uma agenda densa e sensível ao cenário político, que pode interferir diretamente no ritmo e na realização dos trabalhos legislativos.



Coop como manifestação da cultura nacional (PL 357/2025)



Cooperativismo de crédito e fundos constitucionais (PL's 912/22 e 5.187/19)



Acesso de cooperativas a fundos regionais (PLP 262/2019)



Telecomunicações por cooperativas (PL 1.303/2022)



Reorganização de cooperativas (PL 815/2022)



Manutenção de benefícios sociais para safristas (PL 715/2023)



Utilização adequada de EPI para agentes nocivos (PLP 42/2023)



Convocação digital de assembleias (PL 380/2021)

## Poder Judiciário: balanço e perspectivas

No primeiro semestre, o Sistema OCB atuou diretamente em **11 processos de impacto para o coop no STF**, e, indiretamente, por meio de atuação coordenada com alguns ramos, em **90 processos no STJ** e **48 no TST**, além de ter mapeado mais de 5.700 decisões de interesse em Tribunais Superiores.

### Adequado Tratamento Tributário ao Ato Cooperativo

No STF, os Recursos Extraordinários n. 672.215 e n. 597.315 foram pautados para julgamento no plenário, mas logo depois foram retirados de pauta e novamente incluídos para julgamento virtual nesse segundo semestre, entre os dias 22 a 29/8.

[Clique aqui](#) e confira a edição do Direito no Coop sobre o tema

### Ato Cooperativo na Recuperação Judicial

A 3ª Turma do STJ reconheceu, por unanimidade, que os créditos oriundos da concessão de empréstimos entre cooperativas de crédito e seus associados constituem atos cooperativos típicos e, portanto, não estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, resultado da atuação conjunta dos sistemas de crédito cooperativo e do Sistema OCB nos Tribunais Superiores.

[Clique aqui](#) e confira a edição do Direito no Coop sobre o tema



## Poder Judiciário: balanço e perspectivas

O Supremo Tribunal Federal (STF) atravessa um período de elevada exposição institucional, com reflexos nas relações entre os Poderes. O cenário atual é marcado por **decisões de ampla repercussão política e jurídica**, bem como por reações do Legislativo a determinadas pautas da Corte.

No segundo semestre, o Plenário do STF deve concluir o julgamento da ADC 96 e das ADIs 7827 e 7839, que discutem a legalidade do decreto que majorou a alíquota do **Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)**. O tema teve repercussão significativa nos últimos meses e tensionou ainda mais a relação com o Congresso.

A atuação do ministro Alexandre de Moraes como relator de inquéritos envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e os investigados pelos atos de 8 de janeiro permanece em evidência. A condução desses processos tem gerado descontentamento de parlamentares da oposição, que **coletaram o número mínimo de assinaturas necessárias para formalizar o pedido de impeachment** do ministro. A abertura do inquérito fica a cargo de decisão do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (AP).

No plano institucional, o **STF passará por mudanças na sua composição de comando**. Em outubro, o ministro Edson Fachin assumirá a presidência da Corte, sucedendo o ministro Luís Roberto Barroso. O ministro Alexandre de Moraes ocupará a vice-presidência até 2027.

Ainda neste semestre, o Senado deverá analisar as **indicações do presidente da República ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)**. Foram indicados o desembargador Carlos Brandão e a procuradora Marluce Caldas Bezerra, cujos nomes aguardam sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

## Atuação do Sistema OCB

Mesmo em um cenário político que se demonstra cada dia desafiador, marcado por tensões entre Poderes e uma agenda política que enfrenta dificuldade para avançar, o **Sistema OCB se mantém atuante para preservar conquistas, garantir segurança jurídica e destravar medidas essenciais à competitividade do cooperativismo.**

No **Ano Internacional das Cooperativas**, temos trabalhado pela promoção de debates qualificados para construir marcos regulatórios alinhados às especificidades do cooperativismo, com atuação técnica, propostas estruturantes e ampliação da participação nos fóruns do governo, para assegurar um ambiente regulatório favorável ao desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

Acompanhe as nossas ações em: [somoscooperativismo](https://somoscooperativismo.org.br)



Acesse as edições anteriores.



Acompanhe nosso trabalho em:

[f](#) | [@](#) | [X](#) | [••](#) | [in](#) | [▶](#) | [@sistemaocb](#)